

Orgia epistemológica: saberes anais e dissidências de gênero e sexualidades

Epistemological orgy:
annals knowledges and gender and sexuality dissidences

André Luiz dos Santos Paiva¹
Itamar de Moraes Nobre²

RESUMO: No artigo discute-se a produção de discursos acerca dos gêneros e das sexualidades a partir de uma perspectiva queer, analisando, para isso, o espaço de privilégio que forja a produção discursiva hegemônica e a ele contrapondo-se a produção de discursos e práticas de uma manada TRANSviada que se engaja na produção de um saber subalterno, reivindicando assim, ao invés de uma epistemologia normativa, uma epistemolOrgia subversiva. Para isso, a discussão acerca da possibilidade de fala do cu é desenvolvida numa visão ampliada que faz da proliferação de cus falantes nos corpos um espaço de produção discursiva subversiva, discutindo-se como a produção anal dos saberes está atrelada a uma questão feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Produção discursiva. Experiências subversivas. Saberes anais. Feminismos.

ABSTRACT: This article discusses the production of discourses about gender and sexuality from a queer perspective. It analyzes the space of privilege that forges the hegemonic discursive production opposing its the production of discourses and practices of a queer herd that engages in the production of subaltern knowledge claiming well rather than a normative epistemology, a subversive epistemolOrgy. For this, the discussion of possibility of speaking from the ass is developed in a larger view which makes asses speakers proliferation in the bodies in one subversive discursive production space talking about how the anal production of knowledge is linked to a feminist issue.

KEYWORDS: Discursive production. Subversives experiences. Aass knowledge. Feminisms.

Produções discursivas e identidades: entre performatividades e próteses

A história do gênero e das sexualidades tem sido, predominantemente, a história dos discursos acerca das experiências dos sujeitos que passam a ser generificadas e sexualizadas dentro de um sistema de inteligibilidade específico. Apesar de haver uma pretensa dicotomia entre os saberes eruditos e científicos e os valores do senso comum, tão criticados pelos saberes oficiais, o que se pode notar é que, na verdade, há uma cumplicidade entre esses saberes no que se refere às experiências de gênero e sexualidades tidas por dissidentes. Ambos os discursos se baseiam em uma normatização das experiências e utilizam com grande

¹ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). alz.paiva@gmail.com.

² UFRN. itanobre@gmail.com.

frequência os argumentos uns dos outros. Talvez não haja campo científico tão moralizado como o que produz saber acerca das sexualidades e experiências de gênero, bem como talvez não haja discursos cotidianos tão cheios de argumentos científicos em suas defesas morais.

Esses discursos têm sido marcados pela intolerância e patologização de uma série de experiências que saem do modelo heteronormativo e cisgênero¹. Assim, pensar a forma de lidar com a diferença é pensar a forma como essa diferença vem sendo pensada. Através de que modelos de inteligibilidade e matrizes específicas de produção de conhecimento os saberes acerca das bichas, putas, trans, sapas e outras experiências dissidentes nos campos do gênero e das sexualidades vêm sendo construídos? Quem produz esses saberes e com que intenção?

O que fica muito claro, dado o caráter reforçador de estereótipos e reducionismos que esses saberes operam, notadamente nos campos médicos e psicológicos², é que se trata de uma produção de conhecimento *sobre* os que ocupam as margens, não um saber *dos* que estão às margens. Os discursos são sobre as experiências, mas dificilmente discursos das experiências, e, essa produção de silêncio por um lado e proliferação de fala por outro, no que se refere às experiências de gênero e sexualidades disparatadas já demarca uma divisão no que diz respeito aos poderes que emanam dessas produções discursivas, pois, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2011, p. 10).

A produção desses conhecimentos é controlada, e é o controle da produção do discurso que forja espaços de privilégios, que definirá a quem cabe a fala e o silêncio numa estratégia de poder que reforça as estruturas vigentes, dado que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2011, p. 8-9). O discurso, como afirma Michel Foucault (2011), nesse circuito de saber-poder, se dá como uma forma de violência sobre as coisas das quais fala, por partir de uma matriz prévia de análise que demarca os limites do espaço normativo e que é tomada como ponto de partida para a construção do conhecimento. Assim, se são espaços de privilégios que fomentam as construções científicas que violentam as experiências dos sujeitos enquanto dissidentes de gênero e sexualidades, o foco do questionamento e alvo de

suas investidas subversivas se encontram também aí. O espaço de privilégio do qual falamos é o espaço de produção de saberes que partem de pressupostos heterossexuais, higiênicos e moralizados. Esses são pressupostos que são colocados como ponto de partida para a construção de qualquer saber que se pretenda sério, válido, e, nesse sentido, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2011, p. 37).

Mas, em que estão baseados esses pressupostos que pretendem produzir as verdades acerca dos dissentes de gênero e sexualidades? A produção de tipologias parece ser uma especialidade desses saberes: diagnósticos médicos, nomenclaturas para práticas sexuais possíveis, invenção de termos para cada nova expressão que é por esses discursos logo capturada e que, geralmente, não dizem muito das experiências que pretendem conceituar, numa verdadeira proliferação de discursos, muitas vezes mal disfarçados de convite ao silêncio, tudo isso produzido pelo dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Essa produção demonstra claramente a construção das margens que delimitarão o espaço da normalidade, dessa forma, é através da produção de identidades que operam os saberes que forjam verdades a respeito das experiências de gênero e sexualidades disparatadas. É na produção de identidades que podemos enxergar com mais clareza a intimidade entre a produção discursiva acerca dos gêneros e das sexualidades e as relações perversas de poder que podem ser aí engendradas.

A identidade é algo que, muitas vezes, acaba por servir a uma hegemonia. É através do estabelecimento de identidades que se pode demarcar quem ocupa ou não os espaços de privilégios instituídos no momento mesmo de invenção desses espaços e demarcações identitárias. Essas identidades são constituídas no bojo da produção do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Esse dispositivo proporcionará os saberes necessários a manutenção das relações de poder desiguais que vivemos, é ele que estabelecerá as tipologias, sejam médicas, psicológicas, jurídicas ou de outra natureza, que definirão as perversões, as patologias, as ilegalidades, as anomalias e anormalidades de todos os tipos que violentam aqueles que subvertem suas lógicas de poder; mas esses saberes não encontram sua base na descoberta, mas na invenção daquilo que o próprio dispositivo produz. Não há origem, mas apenas invenção (FOUCAULT, 2011). “Se a sexualidade se constituiu como domínio a

conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível” (FOUCAULT, 1988, p. 108-9) e, dessa forma, é impossível desvincular a produção desses saberes da necessidade de uma analítica dos poderes que o instituem como verdadeiros. Nesse sentido, pode-se afirmar que “é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência” (BUTLER, 2008, p. 38), ou seja, antes de descobrir uma verdade oculta, o dispositivo da sexualidade inventa, produz essa verdade.

Será a partir das formas de se colocar no mundo e sobre a materialidade dos corpos que as identidades sexuais e de gênero serão inventadas. A partir daí as sexualidades e expressões de gênero serão não apenas experiências a serem vividas, experimentadas, mas também analisadas, separadas e hierarquizadas. As performatividades de gênero (BUTLER, 2008) e as incorporações de próteses (PRECIADO, 2008; 2011) são dois dos elementos que forjam as identidades na atual organização sexopolítica sustentando a ideia de um gênero inteligível. Através desses elementos serão forjadas e delimitadas as identidades de gênero e as expressões de sexualidades, estabelecendo-se assim o espaço privilegiado da norma, com sua produção de corpos cisgêneros e heterossexuais através de uma matriz binária, e a das margens, com sua produção frenética de bichas, sapas, trans, putas, drogaditas, e tantas outras experiências só muito forçosamente nomeadas e categorizadas pelos saberes hegemônicos.

Afirmar que as identidades de gênero se dão através da performatividade é afirmar que o gênero se dá através de uma repetição, de uma citacionalidade de formas de estar no mundo, atuar nele, que se estabelecem na produção do masculino e do feminino. A *performance* que cada sujeito deve executar está relacionada a uma continuidade entre sexo, gênero, sexualidade e desejo, de forma que as pessoas que nascem com pênis devem produzir uma performatividade masculina e desejar e se relacionar sexualmente exclusivamente com mulheres, enquanto que as pessoas que nascem com vagina devem performatizar o feminino e desejar e se relacionar sexualmente exclusivamente com homens. É através dessa equação dos corpos que se produz a matriz de inteligibilidade heterossexual, na qual os deslizos a essas normas caem no espaço do abjeto, sendo também os discursos que engendram as *performances* de gênero tidas por corretas que possibilitam as suas existências, de forma que a performatividade é o movimento pelo qual esses discursos se corporificam, ou seja, a performatividade é postura de discursos em ato (BUTLER, 2008; SALIH, 2012).

No entanto,

[...] esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais são *performativos*, num sentido de que a essência ou a identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos (BUTLER, 2008, p.194),

e será exatamente essas fabricações que desvelarão os limites dessa imposição identitária, principalmente quando da emergência de sujeitos que extrapolam as lógicas binárias heterossexuais e cisgênero.

Se a ideia de performatividade, defendida por Judith Butler (2008), em alguns momentos pode parecer demasiado enraizada no simbólico e nos discursos, isso não significa que se negue aí a materialidade dos corpos, a recusa se dá da pretensão de naturalidade, de local de ponto de partida das experiências que o corpo generificado é posto pela produção dos saberes hegemônicos que inviabiliza outras formas de existência (SALIH, 2012). É importante perceber como esses discursos acerca dos gêneros e das sexualidades são discursos que forjam os corpos, os criam no momento de sua interpelação.

A construção do gênero enquanto espaço de expressão de identidade se dá então nesse processo de interpelação dos sujeitos (BENSUSAN, 2012). O corpo só ganha sentido dentro da matriz de inteligibilidade heterossexual e cisgênero. Mas, se “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2008, p. 48), e é nessa constituição performativa que as próteses ganham espaço como signos que viabilizarão a produção do feminino e do masculino nos corpos, mesmo que depois de incorporadas elas ganhem nos discursos hegemônicos estatuto de naturalidade (PRECIADO, 2008).

Sobre isso nos alertará Preciado: “La certeza de ser hombre o mujer es una ficción somaticopolítica” (2008, p. 89), pois, para ser de um gênero ou outro, dentro desta estrutura binária, será preciso uma série de incorporações protéticas que nos tornarão viáveis dentro dessa matriz de inteligibilidade. No entanto, no capitalismo farmacopornográfico (PRECIADO, 2008), a ideia de prótese se amplia em relação ao sentido comumente atribuído a esse conceito, de forma que consideramos próteses todos os signos semióticos, técnicos e todos os bio e tecno códigos que fazem ou desfazem os gêneros e que podem ser apropriados

de forma subversiva, num jogo que se utiliza dos saberes produzidos nos laboratórios do farmacopornismo não só para reproduzir os gêneros e as sexualidades “normais” e “saudáveis” por eles inventadas, mas também para questionar essas pretensas verdades através do ingresso num circuito de saber-prazer (FOUCAULT, 1988; PRECIADO, 2008) que pode ser instituído, uma vez que

[...] somos hombres e mujeres de laboratorio. Efectos de una suerte de bioplatonicismo político-científico. Pero estamos vivos: al mismo tiempo materializamos el poder del sistema farmacopornográfico y su posibilidad de fallo (PRECIADO, 2008, p. 93).

Manada TRANSviada e saberes subalternos

Falamos anteriormente da pretensa seriedade que demarca a construção dos saberes normativos acerca das experiências dos que divergem de seus parâmetros no que concerne ao gênero e experiências e expressões das sexualidades, no entanto, dado que não somos “sérios”, e nem pretendemos, esses saberes não nos servem. O que nos interessa é a produção daquelas que abdicam de espaços de privilégios, que mesmo quando ocupam os espaços institucionalizados, normativos, o fazem através da subversão e não da docilidade.

O que pretendemos defender, falando como uma manada³ TRANSviada⁴, é a produção de um saber subalterno⁵ que parte da experiência da margem e que pode se infiltrar, corroer a norma, o centro, borrar fronteiras. Ao invés de uma epistemologia normativa, uma epistemologia subversiva, que se utilize do que a norma jamais produzirá, que é um saber libertário, dado que não será capaz de abrir mão de seu lugar de privilégios que parte de uma normatização e hierarquização das experiências. Assim, pode-se afirmar que atualmente presencia-se uma desconfiança em relação às formas hegemônicas de produção de saber, e o que pode-se contrapor a isso é uma postura anti-positivista que possibilite a emergência de saberes outros que não os já estabelecidos (SANTOS, 2007; 2008).

O discurso hegemônico atrelado a repetição do mesmo não pretende abrir espaço para a produção de diferença (DELEUZE, GUATTARI, 2010), é um saber que institui-se enquanto “um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2007, p. 21). No entanto, a ideia não é entrar no centro, inserir-se

na norma, mas forçar de tal maneira esse espaço que ele perca seu sentido, exploda-se através de um terrorismo experimental dionisíaco que produza uma orgia entre os saberes dissidentes e hegemônicos, de forma que os fluídos e desejos se misturem ao ponto de tornarem-se indistinguíveis uns dos outros.

Esse saber é um saber que se caracteriza pela profanação dos saberes hegemônicos, da negação de seu estatuto como único produtor de verdades, é a afirmação de que eles não nos servem e de que, assim como os saberes do centro, as margens também podem inventar verdades, e essas mais próximas de suas realidades e experiências, sem a violência que predomina nos saberes hegemônicos. Seus valores e conceitos se colocam como um opressor a ser vencido, mas nessa guerra as armas utilizadas são diferentes das utilizadas pelos saberes do centro, o que há é festa, sexo, drogas, experimentações. Em síntese, o que se reivindica é, antes de um conhecimento novo, a invenção de novos modos de produção de conhecimento (SANTOS, 2007) e, para isso, é urgente o investimento político-desejante (DELEUZE, GUATTARI, 2010) na produção desses novos saberes, e, além disso,

[...] es preciso transformar ese saber minoritario em experimentación colectiva, práctica corporal, en modo de vida, en forma de cohabitación, antes de que todos y cada uno de los frágiles y escasos archivos existentes de feminismo y cultura *queer* hayan sido completamente reducidos a sombras radioactivas (PRECIADO, 2008, p. 243).

Preciado (2009) chamará essas produções discursivas subversivas de saberes anais. Saberes que emanam do cu, do indigno, do sujo. Curiosamente a parte mais interdita do corpo passa a ser instrumento de luta política, assim como as experiências mais interditas na sociedade passam a se beneficiar dos não lugares a elas impostos, mostrando que não são xs dissidentes de gênero e sexualidades os únicos a sentir os efeitos da norma, todos estão limitados por ela, elxs ao menos ainda conseguem fazer alguma festa, gozar entre os seus.

O sujeito da fala dos saberes hegemônicos é o homem, entendendo homem como qualquer pessoa que ocupe o lugar de uma heterossexualidade política, de um privilégio e de uma cegueira frente a sua própria condição. Nesse sentido, nos apropriamos da ideia de heterossexualidade como regime político defendida por Monique Wittig (2004). Homens são todos aqueles impedidos de olhar para o próprio cu, são castrados dele (PRECIADO, 2009),

avessos a qualquer coisa referente a analidade. “El ano castrado es lo armario del heterosexual” (PRECIADO, 2009, p. 137), logo, eles estão impedidos de produzir qualquer tipo de saber subalterno, pois para isso necessitariam abrir mão de seu espaço-prisão de privilégio, ampliar as possibilidades de seus corpos e cus castrados, o que, afinal, consistiria em deixar de ser homem.

Mas de que cu se fala quando o foco é a produção de saberes anais, minoritários, subalternos? Diríamos que o cu do qual se fala é o cu que fala, o cu que, mesmo posto no lugar do silêncio ousa se colocar, ao contrário, no lugar dos discursos. Assim, a analidade das práticas, experiências e discursos que geram um circuito de prazer-saber (PRECIADO, 2008) se dá através de orifícios falantes que extrapolam em muito uma territorialização dos corpos. As experiências que desafiam as ficções normativas e ousam criar suas próprias ficções desmascarando o caráter construído das realidades performativas e protéticas de cunho político que querem impor como natureza, tornam-se experiências anais. Assim, todo buraco aberto nos corpos e nas ideias, fora das territorialidades instituídas, tornam-se cus, tem potência terrorista no sistema sexopolítico dominante. É através dessa multiplicidade de buracos que os saberes anais são produzidos, através deles injetam-se substâncias psicoativas, silicone, hormônios; através deles enfiam-se dildos de todos os tipos e tamanhos em inúmeras citações (PRECIADO, 2011) descontextualizadas da norma heterossexual e cisgênero. Através dessa circulação de fluxos, desse entre e sai de substâncias, objetos e sujeitos abjetos é produzido um saber contra-hegemônico que pode explodir as matrizes de inteligibilidade dos gêneros e sexualidades impostas a nós pela norma. Esse é o saber produzido nas ruas e nas camas que as putas frequentam, o saber das travestis e das pessoas transexuais em suas modificações corporais que não encontram respaldo num sistema de saúde patologizante extremamente restritivo, é o saber das bichas e sapas que reterritorializam um corpo adestrado para a heterossexualidade.

Esses saberes emergem dos múltiplos cus dos disparatados, dos marginais, dos transtornados de gênero, dos impossibilitados de representatividade na esfera pública. E a essa altura é importante questionar: de quantos cus o corpo é capaz? E ainda: do que a proliferação de cus é capaz nos corpos? Se o corpo normatizado é inviabilizado de produzir cus, os corpos dissidentes se lançam numa proliferação frenética de analidade em suas

existências. Essa proliferação se dá através de uma coletivização dessas experiências, que nunca são equivalentes, que não geram uma identidade para os que integram essa manada TRANSviada, mas que são produzidas e reinventadas através dos múltiplos encontros dos que transitam na manada. O que os une é a abertura para a produção de prazer-saber acerca de um “nós mesmos” através da experimentação. Esses saberes não tem a pretensão de universalidade, não produzem verdades universalizáveis, nem tem um local específico de produção; não se filiam a uma disciplina ou campo de estudos específico, dado que apresentam-se enquanto um movimento de vocação transdisciplinar (SANTOS, 2008); não são saberes privatizáveis e restritos a determinados sujeitos ou grupos privilegiados, mas são saberes coletivizados, prazeres compartilhados. A manada está aberta para receber, e sempre busca uma maior possibilidade de abertura, seu cu é aberto e coletivo, suas possibilidades são múltiplas, e aos que ainda permanecem castrados de cu, podemos fazer como manada o mesmo convite que Preciado: “Colectiviza tu ano. El arma es modesta, pero la posibilidad de acción cercana e infinita” (2009, p. 172).

Micropolíticas de gênero e subversões

A manada TRANSviada utiliza seus saberes produzidos por sujeitos não-homens⁶ para desbaratar a heterossexualidade como regime político. Suas intenções passam por sabotar a heteronorma que os oprime, que limita ou, muitas vezes, inviabiliza suas existências. “La heterosexualidad se presenta como un muro construido por la naturaleza, pero es sólo un lenguaje: un amasijo de signos, sistemas de comunicación, técnicas coercitivas, ortopedias sociales y estilos corporales” (PRECIADO, 2009, p. 140), a heterossexualidade é, assim, uma ficção normativa que pode ser questionada através de micropolíticas de gênero (PRECIADO, 2008) subversivas, através de práticas contrassexuais (PRECIADO, 2011) que questionam o funcionamento sexopolítico hegemônico.

A ideia de gênero é um dos principais focos das investidas do poder terrorista da manada TRANSviada, isso porque é através do gênero que se constroem grande parte das ficções reguladoras dos modos de vida na contemporaneidade. Dessa forma, desconstruir a ideia de gênero como natureza é algo central na produção dos saberes subalternos. Para isso é necessário pensar o gênero e as experiências que o tornam viável como intrínsecos a uma

modalidade específica de distribuição dos poderes na sociedade cisgênera e heterocentrada e, a partir daí, proliferar formas de sabotagem desse sistema que passem pelas experiências e experimentações dos corpos dissidentes. Investir no que Preciado chama de “forma modesta, corporal, implicada y responsable, de hacer política” (2008, p. 248).

Butler (2008) já nos alertou para o poder subversivo das citações descontextualizadas nas expressões de gênero e sexualidades, e de como essas citações, ocorrendo de forma consciente ou não, mostram exatamente o caráter construído e normativo do gênero. Não há gênero como essência, qualquer tentativa de uma ontologia do gênero será destruída por experiências que saem do programado, que “erram”, mostram o poder terrorista desse erro no que Bensusan (2012) denomina errorismo.

“A ordem de *ser* de um dado gênero produz fracassos necessários, uma variedade de configurações incoerentes que, em sua multiplicidade, excedem e desafiam a ordem pela qual foram geradas” (BUTLER, 2008, p. 209), e é aí que reside a maior potência transformadora, questionadora. É através dessa produção de “erros” e “fracassos” frente ao ideal regulatório normativo que se mostra o poder da subversão, através da qual reapropria-se dos ideais normativos para a construção de novas possibilidades de experimentar os gêneros e, quiçá, um além dos gêneros. São através desses “deslizes” intencionais que se entra na matriz dos poderes instituídos, mas não para reproduzir o que está posto por ela, mas para pôr em xeque as relações de dominação por ela imposta, para, através de um errorismo de gênero, tornar explícita a artificialidade e arbitrariedade desse sistema.

No entanto, não acreditamos mais nas grandes revoluções, elas já demonstraram que também podem ser castradas de cu (PRECIADO, 2009), e, dessa forma, nossa aposta agora são nas microrevoluções, nos planos moleculares, no investimento em linhas de fuga ativas que podem ser produzidas pelas experiências dissidentes (DELEUZE, GUATTARI, 2010). Assim, acreditamos que é através dos modos de vida que ocorrerá a revolução anal, através das produções desejantes que engendram prazeres-saberes dissidentes a partir dos inúmeros cus abertos nos corpos e ideias. Para isso, os recursos criados pelo capitalismo farmacopornográfico são reapropriados com a finalidade de produzir desvios em suas normas, inclusive na própria ideia de gênero, aí não mais com uma visão essencialista, mas

levando à radicalidade a artificialidade dessa construção normativa, empregando um devir revolucionário no gênero que, por fim, o anularia, pois,

se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo (BUTLER, 2008, p. 163),

repetida e errada, repetida, mas sempre com a possibilidade de ser reinventada no momento de sua colocação em ato.

Essa outra modalidade de luta nos lança uma série de desafios, é necessário questionar, inclusive, antigos espaços de lutas que já não se mostram potentes na desconstrução dos gêneros através de uma revolução que se dará através de uma epistelogia, no investimento político-desejante de criação de subjetividades rebeldes (SANTOS, 2007). É necessário o investimento numa desterritorialização (DELEUZE, GUATTARI, 2010) radical nas produções de subjetividades, na qual o nomadismo ganha espaço.

Nessa outra revolução os aspectos desejantes ganham centralidade. O desejo como inventor do *socius* (DELEUZE, GUATTARI, 2010) se coloca como imperativo, a erogênese da manada TRANSviada emerge dessa fricção frenética de novos desejos que erram os caminhos, que inventam possibilidades, que fabricam mais e mais territórios subjetivos (BENSUSAN, 2012). É necessário assim jogar com o desejo, e jogar com o desejo é jogar com os corpos, reinventar possibilidades subversivas que invistam numa contrasexualidade que prolifere dildos e cus sobre os corpos (PRECIADO, 2011).

Es necesario desarrollar micropolíticas del género, del sexo y de la sexualidad, basadas em prácticas de autoexperimentación (más que de representación) intencionales que se definan por su capacidad de rechazar y de resistir a la norma, de crear nuevos planos de acción y de subjetivación (PRECIADO, 2008, p. 255).

O que pode a manada TRANSviada no feminismo?

Ora, se a produção dos saberes hegemônicos está atrelada necessariamente a produção de homens politicamente heterossexuais, a discussão da produção anal dos saberes está atrelada, por sua vez, a uma questão feminista. Feminista, e não das mulheres, essa outra

ficção sexopolítica (PRECIADO, 2008; BUTLER, 2008). A abertura do cu está notadamente relacionada a produção do feminino, sendo essa uma das grandes razões de sua proibição no âmbito do sistema heteronormativo, “os atributos identificados como femininos são marcados pela inferioridade, mas esses atributos não são propriedade das mulheres” (BENTO, 2011, p. 87). A interdição exercida sobre o cu passa por uma interdição do feminino nos corpos (SAEZ, CARRASCOSA, 2011). Assim, as demandas feministas passariam de um sujeito fictício e vagamente conceituado, a mulher, para todas as experiências relacionadas aos sujeitos não castrados de cu, de todas aquelas que rompem com os binarismos reducionistas heterocentrados. Incluem-se aí os meninos femininos⁷, desde a infância violentados e terapeutizados por não responderem a demanda de uma performatividade de gênero que dizem ser a correta; as bichas chamativas e escandalosas, que são motivo de chacota para muitos; as pessoas transexuais que vêm afirmar que suas genitálias não têm o poder de instituir verdades sobre suas subjetividades; as putas, excluídas que estão das demandas do feminismo tradicional; as mulheres violentadas das mais diversas formas em inúmeras situações; as atrizes e atores pornô, dos quais a maioria só quer usufruir do trabalho às escondidas.

Com Butler (2008) há uma radicalidade do questionamento da categoria “mulheres” como sujeito do feminismo. Ela mostra como “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2008, p. 20), de forma que o investimento político nessa categoria como lugar de demarcações de identidades políticas pode, no final das contas, contribuir com a manutenção da ordem que a princípio combate. Dessa forma, para além de estabelecer identidades fixas que legitimem as lutas, é necessário questionar essas mesmas identidades como uma forma de desnaturalizar as hierarquias e opressões que estão pautadas no gênero e expressões de sexualidades, bem como de seus vários atravessamentos como as questões relacionadas à classe e etnia.

No entanto, com isso a emergência de uma manada TRANSviada não advoga o fim do feminismo, mas, ao contrário, possibilidades de reinvenção que ampliem os espaços de disputa no sistema sexopolítico dominante. “Nunca foi tão necessário o feminismo e urge que façamos um bom combate à visão hegemônica que considera o feminismo como uma

prerrogativa exclusiva das mulheres biológicas” (BENTO, 2011, p. 94), é necessário que também o feminismo abra seu cu para receber a multiplicidade que emana das experiências dos dissidentes de gênero e sexualidades. Não há mais sentido em manter uma luta baseada em um marcador que surge no âmbito dos saberes médicos como é o gênero (PRECIADO, 2008). Devemos, ao contrário, ao nos apropriar dessa ideia fazê-la implodir. Assim, o que se reivindica é um feminismo da destruição, e inicialmente essa destruição, desterritorialização, se refere às suas próprias ontologias, “el des-reconocimiento, la des-identificación es una condición de emergencia de lo político como posibilidad de transformación de la realidad” (PRECIADO, 2008, p. 284), e é desse estranhamento frente a si mesmo que surge a possibilidade de um feminismo de manada, de um feminismo TRANSviado.

O feminismo não pode ser o inviabilizador de formas de vida, o definidor dos que podem ou não ocupar espaços de lutas, proprietário de identidades que, por fim, nos oprimem, o feminismo não pode reivindicar para si a definição do gênero de seus sujeitos. Se entende-se o gênero como uma ficção sexopolítica, como pensar em alguém ou algum movimento ou instituição que seja proprietária desse gênero? O feminismo da manada TRANSviada reivindica a reapropriação do gênero através de uma série de desejos e experimentações que retirem dele seu estatuto de imutabilidade, o que retiraria dele também seu poder normativo de controle sobre os corpos de todos os sujeitos, e poder de violência sobre os corpos dos disparatados de gênero e sexualidades.

Mi género no pertenece ni a mi familia ni al Estado ni a la industria farmacéutica. Mi género no pertenece ni siquiera al feminismo, ni a la comunidad lesbiana, ni tampoco a la teoría *queer*. Hay que arrancarle el género a los macrodiscursos y diluirlo en una buena dosis de psicodelia hedonista micropolítica (PRECIADO, 2008, p. 284).

No que tange às normatividades de gênero e sexualidades, nada ficará de pé frente a passagem da manada TRANSviada, ela constitui-se enquanto multiplicidade, não delimitando-se em identidades por não permitirem-se essa violência sobre si mesmos. Assim, a manada pode inventar seus próprios saberes que se dão não como um ideal normativo, mas como uma utopia dionisíaca. Nesse sentido, a revolução se dará pelo cu, e esses cus tem dentes, abocanham, mordem, destroçam as normas e seus saberes fascistas. Esses são cus

feministas, e para um feminismo mais tradicional o único consolo que dão é que entre os pertencentes à manada não há homens, pois constituem-se enquanto não-homens no regime heterocentrado. Por outro lado, também não são apenas mulheres, e mesmo as que poderiam sê-lo nos limites instituídos pela norma cisgênero e heterossexual o recusam por saber que o corpo sempre pode mais, e que cus surgem em locais inesperados por todo o corpo numa proliferação erótica de prazeres-saberes. Demarcar uma identidade é o que menos importa, pois, “no mundo da vida, não encontramos a mulher, o gay, a lésbica, a transexual. Essas marcas identitárias são abertas e problematizadas” (BENTO, 2011, p. 79).

A abertura dos cus demanda uma guinada feminista, um feminismo sem sujeito determinado, um feminismo do destrutivo, do contaminador, do questionador dos saberes do centro, um feminismo que não entra nos jogos de saber-poder falando a mesma língua daqueles que ocupam os lugares de privilégio. Em síntese, um feminismo dos não castrados de cu, dos que não falam desde o lugar privilegiado do discurso dos “homens de verdade”, um feminismo que possa ser a aposta de todos os sujeitos não-homens – as bichas, sapas, trans, putas, drogaditas, pornográficas – que apanharam no passado e continuam apanhando hoje dos saberes hegemônicos que engendram práticas cotidianas e “intervenções” institucionais e profissionais totalitárias, fascistas. E, assim, como uma manada que urra imbuídos de um poder terrorista que jorra de seus modos de vida erráticos, pode-se afirmar que a partir da instituição de uma epistemologia TRANSviada não haverá silêncio diante das violências normativas, e, como manada, podemos afirmar com o poeta chileno Pedro Lemebel, que para os saberes do centro e as práticas por eles engendradas “yo no pongo la otra mejilla, pongo el culo compañero. Y ésa es mi venganza”.

Referências

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 15-40, 2009.

BENSUSAN, Hilan. **A errância e os incomensuráveis efeminismos: sobre a erogênese esquizotrans.** Disponível em: <[http://esquizotrans.wordpress.com/2012/08/27/a-errancia-e-os-incomensurave is-efeminismos-sobre-a-erogenese-esquizotrans-fala-de-hilan-bensusan-no-tiresias-de-natal-amanha/](http://esquizotrans.wordpress.com/2012/08/27/a-errancia-e-os-incomensurave-is-efeminismos-sobre-a-erogenese-esquizotrans-fala-de-hilan-bensusan-no-tiresias-de-natal-amanha/)>, acesso em: 30/08/2012.

BENTO, Berenice. “Apresentação”. In: PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009, p. 17-23.

_____. “Política da diferença: feminismos e transexualidade”. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 79-110.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARRARA, Sérgio Luis. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana** [on line], Rio de Janeiro, v. 21, p. 323-345, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In: Simpósio Gênero e Psicologia Social, 2010, Brasília. *Anais...* Brasília, 2010, pp. 80-9.

LEMEBEL, Pedro. **Manifiesto (hablo por mi diferencia)**. Disponível em: <<http://lemebel.blogspot.com.br/2005/11/manifiesto-hablo-por-mi-diferencia.html>>, acesso em: 16/05/2013.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa, 2008.

_____. “Terror Anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual”. In: HOCQUENGHEN, Guy. **El deseo homosexual**. Espanha: Melusina, 2009, p. 134-74.

_____. **Manifiesto-contrasexual**. Barcelona: Anagrama, 2011.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. **Por el culo: políticas anales**. 2ªed., Espanha: Egales editorial, 2011.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SULLIVAN, Nikki. **A critical introduction to queer theory**. Nova Iorque: New York University Press, 2003.

WITTIG, Monique. "El pensamiento heterosexual". In: _____. **El pensamiento heterosexual e otros ensayos**. España: Egales editorial, 2004, p. 45-57.

ZIGA, Itziar. **Devenir Perra**. España: Melusina, 2009.

Artigo recebido em 28 de dezembro de 2015. Aprovado em 28 de julho de 2016.

Notas

¹ O termo cisgênero surgiu no âmbito dos movimentos TRANS, logo descentrado da academia, em diálogo com o termo transgênero já consolidado no período da emergência do termo *cis*. Jesus (2010) afirma que “são conceituadas como ‘cisgêneros’ as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o seu sexo biológico” (p. 82).

² É importante ressaltar que mesmo nesses campos, apesar da predominância de perspectivas positivistas e normativas de produção de saber, alguns processos de resistência já se instituem, principalmente no campo interdisciplinar da Saúde Coletiva. No contexto brasileiro são exemplos trabalhos como os de Carrara (2015) e Arán e Murta (2009).

³ Itziar Ziga (2009) utiliza o conceito de manada para discutir um “devir cachorra” no feminismo. Aqui ampliamos a utilização do termo para nos referir a todxs xs dissidentes de gênero e sexualidades.

⁴ Berenice Bento (2009) propõe a utilização do termo TransViado como alternativa de tradução para *queer*. Ela defende que as experiências que poderiam ser denominadas de *queer* no contexto brasileiro trazem especificidades que pedem uma tradução que leve isso em consideração. Aqui utilizamos o TRANS em maiúsculas para evidenciar as possibilidades de transcender as normas que as experiências enquanto dissidentes de gênero e sexualidades possuem.

⁵ No campo específico dos estudos *queer* é importante destacar como a produção de saberes subalternos apropriou-se de campos políticos e de estudos já instituídos, como os dos movimentos LGBT, os ativismos e estudos sobre a aids e os feminismos, dialogando e tensionando esses campos continuamente como até hoje fazem. Sullivan (2003) desenvolve uma espécie de genealogia do campo político e de estudos *queer* a partir desses três campos e movimentos.

⁶ É importante frisar que a emergência de um sujeito não-homem se dá em contraposição à produção de homens politicamente heterossexuais, entendendo a heterossexualidade, tal como Wittig (2004), como um regime político. Dessa forma, não há contradição de uma produção de subjetividade como não-homem e a experiência das masculinidades. Essa questão se torna muito importante, principalmente, quando nos referimos aos transhomens, experiências nas quais o não-homem não pode ser utilizado como recusa de possibilidade de produção de masculinidade em seus corpos e performances de gênero que a norma cisgênero impõe, mas, justo ao contrário: é ao se tornar homens que os transhomens devem não-homens politicamente.

⁷ Berenice Bento (2011) utiliza o termo feminino ao invés do termo afeminado. A substituição ocorre como uma alternativa a um termo marcado pela discriminação e violência, além de que o termo afeminado traz a ideia de algo que sendo outra coisa naturalmente tornou-se feminino, o que contribui com a essencialização e naturalização das identidades de gênero.